



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE ACOMPANHAMENTO
DE PROJETOS

Projeto PECAAJ

Designação do projeto: PECAAJ- Plataforma Eletrónica de Controlo e Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça

Objetivo principal: Criação de uma plataforma informática de articulação entre a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, o Ministério Público e a Polícia Judiciária, permitindo a partilha de informação em formato digital e a sua gestão no âmbito do processo criminal.

Fundo: Fundo Social Europeu

Programa: Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

Código da Operação: POCI-05-5762-FSE-000390

Aviso: Aviso de Abertura de Candidatura n.º POCI-62-2019-20, Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos - SATDAP - Capacitação da Administração Pública

Entidades envolvidas:

- a) CAAJ - Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça
- b) Procuradoria-Geral Da República

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE ACOMPANHAMENTO
DE PROJETOS

c) Polícia Judiciária

Data de assinatura do Termo de Aceitação: 2020-12-17

Data de início: 01.11.2020

Data de conclusão: 31.10.2022

Investimento total: 1 324 327,22 €

Investimento elegível: 887.299,24€

Financiamento (FSE): 754 204,35 €

Descrição geral:

O projeto visa desenvolver uma plataforma informática de interação da atividade da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) com o Ministério Público, como titular da ação penal, e a Polícia Judiciária, órgão de polícia criminal com competência para investigar crimes económico-financeiros.

Pretende-se criar uma visão integrada do processo-crime permitindo que a informação obtida na atividade de fiscalização exercida pela CAAJ seja recebida de forma eletrónica pelo Ministério Público e pela Polícia Judiciária, com dados estruturados e possibilitando funcionalidades de pesquisa. A informação poderá assim ser aproveitada nas diversas fases do processo penal: inquérito, instrução e julgamento, permitindo a gestão de processos de especial complexidade.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional